

## **EDUCAÇÃO INDÍGENA E O MANEJO SOCIOECONÔMICO DOS RECURSOS FLORESTAIS: a experiência Xikrin\***

Isabelle Vidal Giannini\*\*

É a educação escolar indígena hoje diferente do que era há alguns anos atrás? O que vem a ser uma escola indígena? Qual o papel de um assessor em educação indígena? Qual o significado de educação escolar para as sociedades indígenas? Qual o significado de formação e capacitação ao se tratar da educação indígena?

Seria ser simplista demais achar que posso responder a todas estas questões ou, ao tentar dar uma resposta, considerá-la como verdades ou tipo ideal de educação. Não sou uma especialista no tema e por este motivo acredito que estou, juntamente com os índios, aprendendo a pensar sobre uma escola que venha responder aos seus anseios; ou melhor, uma escola que seja antes de mais nada um espaço para se processar o conhecimento. Um novo tipo de conhecimento, instigado pela chegada do "outro", do estrangeiro, dos pesquisadores, madeireiros, missionários, etc. Enveredei por este caminho, como vários outros profissionais, pela solicitação da comunidade com a qual trabalho.

No início, uma das minhas preocupações estava voltada para a elaboração de uma escola indígena construída dentro dos parâme-

\* A autora agradece a Marina Kahn pela leitura oportuna e valiosa durante a elaboração deste artigo.

\*\* Antropóloga coordenadora do Projeto de Manejo Florestal na Área Indígena Xikrin do Cateté do Instituto Socioambiental.

tros discutidos por especialistas na questão. Isto é, preocupei-me em realizar uma cartilha na língua indígena. O conteúdo se baseava nos etnoconhecimentos por mim adquiridos, a partir das pesquisas que realizei para minha formação acadêmica. Não havia de fato nenhuma satisfação e interesse, por parte dos índios, e estes, sendo muito instigadores, questionadores, começaram a se colocar contrários ao que eu estava propondo e tentando desenvolver. Percebi que, na realidade, eu deveria me preocupar com outros aspectos. Questionei os índios sobre o que eles esperavam da escola. A resposta foi direta: aprender a ler, escrever e contar, nada além disto. O problema, sem dúvida, continuava: metodologias pedagógicas existem, mas a questão colocada pelos índios era de conteúdo. Eu tinha conhecimento das amplas discussões a respeito do assunto, e essa demanda não era uma novidade em se tratando de comunidades indígenas. Se havia metodologias pedagógicas específicas, a questão que se mantinha era adequá-las ao conteúdo tanto da demanda quanto à própria realização do trabalho.

Sempre fui solicitada a conversar e esclarecer os índios sobre diversas questões de interesse imediato para a comunidade: informação sobre o comércio de madeira, formas de se realizar contratos, preços da madeira de lei, contabilidade envolvendo bens de consumo, medição de cubagem, poupança, etc. O que eu realizava informalmente, enquanto etnóloga, era um aprofundamento dos problemas e das questões com as quais a comunidade estava envolvida diretamente no seu dia-a-dia. O que os índios queriam eram instrumentos que lhes permitissem controlar o seu convívio com os brancos, ou seja, conhecer bem o português e a matemática, além das informações sobre assuntos diretamente relacionados com a atualidade vivenciada pela comunidade.

Seria bom informar, mesmo que resumidamente, sobre a situação desta sociedade para podermos entender melhor, no caso aqui apresentado, a necessidade de se relacionar educação com manejo socioeconômico dos recursos florestais da área indígena Xikrin do Catete.

Os Kayapó-Xikrin, que contam atualmente com uma população de 497 indivíduos, têm sua aldeia localizada na margem esquerda do Rio Cateté, no município de Parauapebas.

Desde o período em que a FUNAI passou a dar assistência aos índios Xikrin do Cateté, em 1973, a sua política tem sido dirigida para a "pacificação" dos índios assim como uma integração rápida, através de projetos econômicos impostos e chamados de "comunitários". Houve, durante esses anos, mudanças contínuas de chefia dos postos da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), cada chefe com uma idéia própria a respeito do que se devia ou não se devia fazer. Essas contínuas readaptações foram extremamente prejudiciais à sociedade Xikrin.

Nos anos 80, com a implantação do Projeto Carajás, pela Companhia Vale do Rio Doce, o sudeste do Pará se tornou uma das regiões mais atingidas pelo avanço da colonização, devido à construção de estradas, à implantação de projetos agropecuários, à extração mineral e madeireira, trazendo profundas modificações ambientais e socioeconômicas na região.

Os índios Xikrin, monolíngües e com um contato recente, foram "assistindo" às transformações, sem compreenderem e assimilarem, de fato, o que vinha ocorrendo. No mundo contemporâneo, onde as mudanças são tão rápidas que todos nós temos dificulda-

des em acompanhá-las, isto se torna ainda mais verdadeiro para os índios. Há de se ressaltar que a Amazônia tem sido um cenário especialmente visado, nacional e internacionalmente, por políticas e ideologias de todos os matizes, que geram essas transformações.

Coincidindo com o declínio na intensidade e qualidade da assistência oferecida pela FUNAI e com o final do Convênio firmado entre a FUNAI e a Companhia Vale do Rio Doce, em 1989, os Xikrin do Cateté finalmente sucumbiram às pressões regionais, por parte de madeireiras, e assinaram contratos ilegais para a exploração de mogno em seu território. Levando em consideração o contato recente, as pressões regionais e a falta de informação precisa sobre o processo no qual vinham sendo envolvidos, pode-se afirmar que os índios conseguiram — ou pelo menos tentaram — conquistar, mesmo que de forma ilusória, uma certa autonomia em suas decisões e autogestão financeira. Digo de forma ilusória, pois, como era de se esperar, nas suas relações com as madeireiras, desde elaboração de contratos, fiscalização de saída de madeira, pagamentos e transações comerciais, acabaram sendo enganados. O custo de tais explorações também foi prejudicial do ponto de vista ambiental, nas atividades de subsistência do grupo, na saúde e na sua própria organização social.

Dentro do contexto vivenciado pelos índios Xikrin, uma educação formalizada em novos termos tornou-se um desafio pois, mais do que "alfabetizar na língua" passou a ser um processo que deveria ensinar o Xikrin a ver, compreender, agir e, principalmente, assumir a sua autonomia. A educação, neste caso, poderia permitir ver o que não está claro, o que está subentendido. A escola seria sobretudo o palco para se interpretar o processo vivido pela comunidade e para se ampliar a informação necessária à compre-

ensão deste processo. Aqui seria bom lembrar que os conteúdos curriculares devem estar essencialmente atrelados às questões e necessidades colocadas pelo grupo e quais as informações que os índios requisitam ou necessitam para pensar sobre si mesmos, enquanto sociedade diferenciada, e as formas de inserção em um sistema mais amplo. É importante entender, entretanto, que as necessidades do grupo se modificam com o tempo, o que significa que a programação de uma escola Xikrin deve estar preparada para oferecer e formular conteúdos dinâmicos e adequados às mudanças socioculturais a que se vê submetida.

A educação Socioambiental me pareceu promissora. Ela é metodológica e didaticamente interessante, já que trabalha com as relações tradicionais entre uma dada sociedade e a natureza, além de informar, por outro lado, sobre as diferentes maneiras que a sociedade envolvente tem de se relacionar com o seu meio. Neste caso, a educação não se limita, de forma alguma, a uma escola enquanto instituição por si, mas na reflexão dos problemas, das interações, das possibilidades de intercâmbio cultural e principalmente na consciência do significado e implicações das mudanças sociais. No caso dos índios Xikrin, abriu-se uma discussão conjunta com diferentes especialistas e entidades de apoio ao índio, no sentido de se propiciar um debate em torno de um modelo de ação formulado por vários agentes informadores.

O conteúdo curricular na educação ambiental deve levar em consideração alguns pontos importantes. Primeiro, que o conceito de natureza e sociedade se exprime essencialmente por uma construção cultural. A idéia de natureza é algo específico de uma dada sociedade, isto é, ela depende da forma como uma sociedade recorta o mundo natural como sendo da natureza. Na visão de mundo

das sociedades indígenas, o cosmos inclui tanto a sociedade como a natureza, que interagem constantemente. Natureza e sociedade representam uma oposição não excludente, isto é, inter-relacionam-se num processo contínuo de reciprocidade, por metáforas e símbolos, mitos e cerimônias, e até comportamentos cotidianos como resguardo, evitação ou abstenção de atividades.

O segundo ponto refere-se aos conteúdos curriculares, formulados, a partir das classificações tradicionais e diferentes categorias, que definem os seres da natureza e dos domínios cósmicos que compõem o universo Xikrin, incluindo-se as diferentes formas que essa sociedade possui para se relacionar com cada um, seja através da nomenclatura, iniciação, xamanismo ou práticas cotidianas.

O terceiro está associado a uma contraposição entre as diferentes visões que se tem do conceito de natureza. O conteúdo curricular deve mostrar qual o conceito que diferentes agentes sociais possuem da natureza. Sobre os agentes exploradores, ele deve esclarecer e interrogar quais os recursos explorados; quais as formas de exploração, quem perde e quem se beneficia com estas atividades, qual o valor dos recursos naturais, quais os danos ambientais, sociais e sanitários para aqueles que são os verdadeiros donos da terra.

O que se espera, então, de uma educação escolar entre os Xikrin é que o conjunto de pessoas envolvidas na sua implantação — professores e assessores — tenham um conhecimento profundo da sociedade com a qual trabalham. Este conhecimento inclui o entendimento da organização social, política e jurídica da sociedade e o papel que certos grupos, indivíduos ou gênero desempenham. Inclui também os conhecimentos que esta sociedade

possui de sua geografia — nomenclatura dos rios, morros, serras, antigas aldeias, antigos acampamentos provisórios, caminhos tradicionais e demais pontos de referência que muitas vezes vão além da área demarcada; de sua história — guerras, cisões, visão do contato, migrações, formas de resistência. A educação deve trabalhar também com as mudanças regionais e conflitos, agentes colonizadores e seus interesses econômicos.

Devemos ter em mente que a vida tradicional dos Xikrin era bem diferente daquilo que hoje lhes é oferecido como modelo de progresso e civilização. Diante disto, pergunto-me qual a nossa responsabilidade, como assessores, ao ver o esgotamento dos recursos naturais da área indígena, o ambiente se deteriorando e o esbulho financeiro. Por outro lado, como ajudá-los a acompanhar essas transformações como atores sociais sem que isto signifique integração ou assimilação do grupo pela sociedade envolvente e mantendo o respeito às diferenças e especificidades culturais? Nós, enquanto assessores, pesquisadores e as pessoas que estiverem envolvidas no processo de escolarização, devemos criar condições concretas para que o grupo indígena com o qual estamos envolvidos possa negociar econômica e politicamente a sua inserção na sociedade nacional, isto é, mostrando-lhe a possibilidade de substituir as formas de imposição pelas formas de apropriação. Nesta perspectiva, o que deve pautar o currículo de uma escola Xikrin, ou de outra escola indígena cuja situação de contato seja semelhante, é:

— desenvolver e discutir o significado de terras demarcadas e suas limitantes. Se no passado o manejo dos recursos naturais — tanto faunístico e florístico —, por populações tradicionais, não era de forma alguma um fator limitante, atualmente, o confi-

namento, a transformação e o desmatamento regional nas áreas adjacentes à reserva, o aumento demográfico e as mudanças nas necessidades básicas da comunidade tornaram-se fatores problemáticos;

— discutir as mudanças. Dar conta das "mutações sociais" e neste caso, as experiências vividas são um poderoso instrumento para esta reflexão. O assessor ou outro intermediador entre os Xikrin e a sociedade envolvente deve assumir que ele é, com a sociedade que trabalha, co-sujeito de uma história comum;

— criar meios e condições para que a inserção da sociedade indígena no sistema de mercado da sociedade envolvente não se transforme numa ação imposta, mas sim numa ação de apropriação. Devemos ter, índios e assessores, a consciência de que a procura de um novo modelo socioeconômico é uma experiência nova tanto para os não-índios como para os índios. Não temos respostas para tudo;

— ter a capacidade de problematizar as interações culturais e políticas do assessor com o grupo indígena; prestar atenção especial às rupturas, às contradições, aos aspectos inexplicáveis, às múltiplas perspectivas sobre os fatos. Devemos estar abertos para transformar as nossas práticas e sabermos que, para responder às questões da sociedade com a qual trabalhamos, é necessário uma ação-reflexão conjunta e contínua;

— desenvolver e discutir com a sociedade indígena sobre o reconhecimento de suas responsabilidades, na prática, no estudo e análise do desenvolvimento do nosso país.

Levando-se em consideração os conceitos acima apresentados, estamos tentando iniciar uma escola formal que dê condições para que a sociedade Xikrin alcance a sua autogestão e possa desenvolver um projeto socioeconômico, qualquer que seja ele.

O percurso tem sido lento, pois não se está impondo uma atividade para os Xikrin, além do que, por ser um projeto de construção conjunta com eles, vem impondo um ritmo menor do que a urgência demonstrada pela demanda dos índios. Desde o início, não se mostrava possível discutirmos alternativas econômicas, cultural e ambientalmente sustentadas, sem o conhecimento do potencial dos recursos naturais existentes dentro da reserva da perspectiva não-índigena. Mas, por outro lado, esse período de estudo e amadurecimento das idéias foi importantíssimo, para que a sociedade Xikrin se apropriasse de todo o processo. Estamos há quatro anos trabalhando na área, e foram necessários dois anos de discussão assídua entre antropóloga, engenheiros-florestais, advogados e os próprios Xikrin, naturalmente, para que eles revertissem o processo de extração predatória de mogno em sua área. Desde aí, entendemos que se estabeleceu uma linguagem que podemos classificar já como "educação", mas não atrelada à escola, aos "processos próprios de aprendizagem" e, muito menos, ao tradicional sistema do "ler, escrever e contar". Nesta fase, ela estava voltada para uma questão de conteúdo das relações entre índios e não-índios, conteúdo este retirado do questionamen-

to dos índios, sobre suas potenciais atividades produtivas atreladas e um novo contexto socioeconômico. A mim, assessora, cabe apontar-lhes as possibilidades de apropriação e gestão desse novo processo. Buscamos, conjuntamente, uma orientação para o fortalecimento de sua capacidade de tomada de decisões.

Neste sentido, optamos por duas formas de processos educativos atrelados em si: um, que poderíamos denominar de educação informal, e o outro, educação formal dentro da escola, que ainda não foi implantado de forma satisfatória, com o devido acompanhamento sistemático por especialistas.

Para finalizar, gostaria de dizer que, no início do processo, as discussões com os índios estavam direcionadas para a compreensão do papel que desempenham os diferentes agentes sociais no contexto da sociedade Xikrin. Isto é, cada representante da sociedade envolvente, seja FUNAI, Companhia Vale do Rio Doce, garimpeiros e madeireiros, antropólogos, ONGs (Organizações Não-Governamentais) e advogados, tem uma proposta elaborada para os índios atrelada a um jogo de interesses.

O que me proponho a realizar com eles é, agora, o caminho inverso, isto é, como os Xikrin se enxergam neste contexto, e quais as propostas que eles são capazes de elaborar para direcionarem seu convívio com os diferentes agentes da sociedade brasileira. Vejo que aí reside o papel da escola: articular essa discussão.